



Demandas do eleitor em segundo plano

Campanhas dos presidenciáveis falam mais para si mesmas e menos sobre a população. As duas últimas semanas mostraram candidatos atentos ao efeito eleitoral de cada polêmica, mas, nas pesquisas, o cidadão pede agenda mais pragmática

» LUIZ CARLOS AZEDO

Nas duas últimas semanas, a crise do Supremo Tribunal Federal (STF), temas como o caso Banco Master, as acusações cruzadas de interferência política nas investigações, a disputa em torno das apostas on-line e os recados trocados entre o governo brasileiro e a Casa Branca tomaram conta do debate eleitoral. São assuntos relevantes, que dizem respeito à integridade das instituições ou atingem diretamente a renda e a segurança das famílias. O problema está na distância entre como os candidatos os apresentam, com acusações recíprocas, e as perguntas que a população gostaria de ver respondidas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu principal oponente, Flávio Bolsonaro (PL), principalmente, estão numa guerra de narrativas que pouco explica como pretendem governar o país.

O caso Master é o exemplo mais evidente. A sessão do STF sobre as relações do ministro Alexandre de Moraes com Daniel Vercaro, interrompida pelo pedido de vista de Flávio Dino, ampliou a crise de confiança na Corte. Lula procurou se afastar de Moraes e cobrou transparência nas investigações. Flávio Bolsonaro tentou atribuir ao presidente o desgaste do tribunal, embora as suspeitas ligadas ao banqueiro também alcancem seu próprio campo político. Para ambos, a questão se converteu em arma eleitoral. Para o cidadão, bastaria apurar os fatos sem proteção a autoridades, sem vazamentos seletivos e sem transformar a Polícia Federal ou a Justiça em instrumentos de campanha.

O episódio não deve ser tratado como distração. A credibilidade do Supremo é parte da estabilidade democrática. Entretanto, uma eleição não pode ser reduzida à escolha de

Paulo Pinto/Agência Brasil



Nas pesquisas, os brasileiros elencam temas como saúde, educação e segurança pública como prioridades para decidir nas urnas o futuro presidente

quem explorará melhor sua crise nem o STF pode assumir o papel de protagonista da disputa eleitoral. Lula tenta evitar que o desgaste de Moraes seja transferido ao governo; Flávio busca associar os dois. São posições compreensíveis, porém o eleitor tem o direito de saber que mudanças concretas cada candidato propõe para ampliar a transparência, prevenir conflitos de interesse e preservar a independência das investigações.

O confronto também se instalou na política externa. Na Assembleia Geral da ONU, o petista advertiu

contra a interferência estrangeira nas eleições brasileiras e rejeitou uma atuação externa no combate ao crime organizado. O discurso respondeu ao ambiente de tensão com Washington e projetou a disputa presidencial como uma escolha sobre democracia e soberania. Seus adversários, por sua vez, contestam a condução das relações com os EUA e cobram uma resposta mais dura às facções. Sim, o PCC e o Comando Vermelho também operam além-fronteiras, mas a pergunta que interessa ao brasileiro é prática: como interromper o fluxo de

drogas, dinheiro e armas das organizações criminosas e reduzir a violência nas ruas?

Bets e padroeira

Neste fim de semana, essas polêmicas vieram acompanhadas de uma ofensiva de Lula contra as bets. O presidente passou a defender restrições ao chamado Jogo do Tigrinho e afins, depois de seu governo ter regulamentado o mercado de apostas. O governo preparava uma medida para proibir cassinos on-line antes da eleição,

sem estender a proibição às apostas esportivas, que também acabaram sendo proibidas. Essa decisão exige explicações sobre seus efeitos sobre contratos já autorizados, arrecadação, publicidade e migração de jogadores para plataformas ilegais. E como as pessoas endividadadas ou dependentes do jogo serão efetivamente atendidas. A proximidade das urnas não dispensa uma política pública consistente.

Também escalou a disputa pelo voto religioso. Em torno de Nossa Senhora de Aparecida, padroeira do Brasil, se estabeleceu uma grande polêmica.

“Guerra santa” no Judiciário rouba a cena

» ARMANDO HOLANDA

A disputa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) chegou ao Judiciário neste fim de semana em duas frentes que envolvem propaganda eleitoral, redes sociais e religião. A poucos dias do primeiro turno, decisões de Flávio Dino, André Mendonça e Kassio Nunes Marques colocaram Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no centro da guerra de narrativas das duas campanhas.

O episódio de maior repercussão envolve Nossa Senhora Aparecida. Desde a última quinta-feira, circulou nas redes sociais a informação falsa de que Flávio pretendia retirar da santa o título de padroeira do Brasil, caso fosse eleito. Não há projeto do candidato nesse sentido. A proposta usada como origem da associação foi apresentada em 2007 pelo então deputado Victorio Galli, posteriormente ligado ao governo Jair Bolsonaro, e arquivada no ano seguinte.

A história ganhou dimensão eleitoral depois de viralizar nas redes e ser explorada por adversários de Flávio. A primeira-dama Janja publicou uma fotografia de Lula segurando uma imagem de Nossa Senhora, enquanto o vice-presidente Geraldo

Alckmin (PSB) divulgou um vídeo em defesa das tradições católicas. Segundo levantamento da Palver citado pela *Folha de S.Paulo*, 37% das mensagens analisadas tratavam a narrativa como verdadeira.

A campanha de Flávio reagiu. Ele gravou vídeos para negar a informação e acusou, ontem, sem apresentar provas, integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de terem ajudado a disseminar a informação sobre Nossa Senhora. A CNBB emitiu nota, em seguida, afirmando que “não produziu, autorizou ou participou da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas ao atual processo eleitoral”. Segundo a entidade, “a mentira não se combate com outra mentira”.

O bolsonarista também acionou o TSE para retirar conteúdos das redes sociais. Na sexta-feira, Mendonça atendeu a pedidos apresentados pelo candidato e determinou a derrubada de publicações que apresentassem como verdadeira a associação. O ministro classificou a informação como “notoriamente inverídica” e determinou que as plataformas atuassem contra a disseminação desse conteúdo.

Entre as publicações atingidas, estava uma do humorista Antonio Tabet. Ele compartilhou uma imagem

Rosinei Coutinho/STF



Dino derruba decisão de Mendonça que mandava remover posts sobre Flávio e Nossa Senhora, alegando que a medida atingia a liberdade de expressão

de Nossa Senhora Aparecida e escreveu que “a família miliciania” teria decidido atacar a santa. O nome de Flávio não aparecia no texto, mas Mendonça entendeu que a publicação ultrapassava o campo da crítica e poderia interferir na formação da vontade do eleitor. O conteúdo havia alcançado mais de 195 mil visualizações antes da retirada. Foi justamente nesse ponto que Dino entrou no caso.

Ontem, o ministro do STF cassou a decisão de Mendonça e autorizou o restabelecimento da publicação. Dino avaliou que, para considerar o conteúdo ilegal, seria necessário presumir que a expressão “família miliciania” fazia referência direta a Flávio — associação que não aparecia expressamente no texto de Tabet. Para o ministro, a retirada atingia a liberdade de expressão em pleno período eleitoral.

A decisão de Dino abriu uma

discussão que ultrapassa o conteúdo da postagem. Isso porque Mendonça havia decidido o caso como integrante do TSE, enquanto Dino interferiu na medida a partir do Supremo. A campanha de Flávio reagiu e acusou o ministro de invadir uma competência da Justiça Eleitoral e beneficiar a candidatura de Lula. Trata-se da posição da defesa do candidato; Dino fundamentou sua decisão na proteção constitucional à liberdade de expressão.

A divergência expõe também diferentes leituras sobre até onde a Justiça pode ir para combater informações falsas durante a campanha. Mendonça considerou que o conteúdo exigia intervenção imediata diante do potencial de interferência eleitoral. Dino, por outro lado, entendeu que a remoção impunha uma restrição excessiva e que a crítica política

Alejandro Zambrana/STF



recebe proteção ampliada justamente durante uma eleição.

Jingles

A atuação da Justiça Eleitoral neste fim de semana, porém, não atingiu apenas conteúdos contrários a Flávio Bolsonaro. Em outra decisão, o presidente do TSE, Nunes Marques, suspendeu um jingle da campanha de Lula que associa o candidato do PL a episódios envolvendo rachadinha, Daniel Vercaro e o Banco Master, depósitos em dinheiro em uma loja de chocolates e compra de imóveis em espécie.

Batizada de “Foi o Flávio Bolsonaro”, a peça foi transmitida sete vezes entre 28 e 31 de agosto por quatro emissoras de rádio. A decisão foi tomada em 22 de setembro, após ação apresentada pela campanha de

Flávio, e veio a público ontem. O magistrado ressaltou que a Justiça Eleitoral admite críticas políticas, inclusive as consideradas “ácidas ou contundentes”. Avaliou, porém, que a forma como os episódios foram apresentados poderia levar o eleitor a uma interpretação equivocada sobre fatos que tiveram desdobramentos diferentes daqueles sugeridos pelo jingle.

A peça cita uma suposta solicitação de R\$ 61 milhões a Daniel Vercaro para a produção do filme sobre Jair Bolsonaro, *Dark Horse*, além de episódios envolvendo Adriano da Nóbrega, depósitos em dinheiro vivo e imóveis adquiridos com pagamento em espécie.

Em todos os trechos, a campanha encerra a pergunta com a mesma resposta: “foi o Flávio Bolsonaro”. A decisão é eliminar e ainda será submetida ao plenário do TSE.